



## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Paulo Ernesto Arrais do Nascimento  
Daniela Fernandes Rodrigues  
Rosani de Lima Domiciano  
Patricia Freitas de Oliveira  
(URCA)

### Resumo

Adequar a prática docente às exigências do mundo pós-moderno não é uma tarefa fácil, nem recente. Cada geração de educadores busca, ao seu tempo, implementar mudanças facilitadoras na transmissão do conhecimento e que se adequem a realidade dos educandos. Objetivamos realizar uma retrospectiva histórica sobre a história de educação apontando os desafios para a prática docente em um ambiente globalizado cujo acesso à informação é, a cada dia, mais fácil e veemente em que a tecnologia é uma ferramenta muito importante para transmissão de conhecimentos e a socialização dos saberes. Posteriormente, realizaremos uma periodização acerca dos fatos que marcaram a história da educação brasileira, bem como uma análise bibliográfica tendo como aporte teórico autores como: Saviani, Azevedo, Ramos, Aranha, dentre outros, os quais nos ajudam a discutir e compreender as ferramentas de ensino para uma educação moderna e dinâmica. Instrumentos, tais como livros, artigos, revistas, jornais e páginas eletrônicas foram as principais fontes para concluirmos esta pesquisa, que expõe entre outras problemáticas a necessidade da atualização dos docentes para um ensino de qualidade. No Brasil a trajetória da educação não é tão difícil de ser compreendida mas, nem por isso, deve ser tratada com desdém. Muito pelo contrário. Cada período foi marcado por fatos econômicos, políticos e culturais que permeiam essa questão. Cada época referencia as renovações que aconteceram no ensino brasileiro. Podemos ensinar e aprender com as novas tecnologias e fontes de informação. É importante sermos professores-educadores amadurecidos e inseridos no novo contexto social. Pessoas abertas, sensíveis, humanas, que valorizem mais a busca que o resultado pronto, o estímulo que a repreensão, o apoio que a crítica, capazes de estabelecer formas democráticas de pesquisa e de comunicação não apenas o repasse de informações.

**Palavras chave:** educação, história, tecnologia, docência.

### Introdução

Adequar a prática docente às exigências do mundo pós-moderno não é uma tarefa fácil, nem recente. Cada geração de educadores busca, ao seu tempo, implementar mudanças facilitadoras na transmissão do conhecimento e que se adequem a realidade dos educandos.

Embora a educação tenha sido implantada no Brasil Colônia para fins de evangelização e dominação de maneira gradativa e lenta, promovendo profundas mudanças estruturais e ideológicas. Contudo, atualmente professores e alunos vivenciam uma prática extremamente divergente da que foi imposta há quase cinco séculos.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A implantação da democracia no Brasil, a globalização, o acesso à informação, o desenvolvimento econômico e tecnológico do nosso país marcaram uma nova fase na Educação. Passamos do giz ao click do mouse, do quadro negro à imagem projetada, das aulas presenciais às videoconferências. Mudanças que exigem do docente uma ação pedagógica pautada em aspectos teóricos e metodológicos buscando uma articulação com o mundo tecnológico.

A dinâmica do mundo moderno não nos permite parar no tempo. É preciso estar atualizado com as informações e com as novas tecnologias. O paradigma educacional atual, ainda em fase de implantação, exige que os educadores utilizem os equipamentos tecnológicos como recursos didático.

Antes de expor essa reflexão para o educador “moderno” é preciso analisar cuidadosamente as mudanças que aconteceram com o passar do tempo no Brasil e, sobretudo nas duas últimas décadas no período pós-democracia. Através de um estudo analítico de pensadores e pesquisadores de diversas áreas, é possível entender essas mudanças educacionais, levando em consideração fatores socioeconômicos e culturais.

Posteriormente, realizaremos uma periodização acerca dos fatos que marcaram a história da educação brasileira, bem como uma análise bibliográfica tendo como aporte teórico autores como: Saviani, Azevedo, Ramos, Aranha, dentre outros, os quais nos ajudam a discutir e compreender as ferramentas de ensino para uma educação moderna e dinâmica. Instrumentos, tais como livros, artigos, revistas, jornais e páginas eletrônicas foram as principais fontes para concluirmos esta pesquisa, que expõe entre outras problemáticas a necessidade da atualização dos docentes para um ensino de qualidade.

Objetivamos realizar uma retrospectiva histórica sobre a história de educação apontando os desafios para a prática docente em um ambiente globalizado cujo acesso à informação é, a cada dia, mais fácil e veemente em que a tecnologia é uma ferramenta muito importante para transmissão de conhecimentos e a socialização dos saberes.





## Uma Análise Crítica da História da Educação no Brasil

No Brasil a trajetória da educação não é tão difícil de ser compreendida mas, nem por isso, deve ser tratada com desdém. Muito pelo contrário. Cada período foi marcado por fatos econômicos, políticos e culturais que permeiam essa questão. Cada época referencia as renovações que aconteceram no ensino brasileiro.

Entre os teóricos, uma interpretação é unânime em relação à História da Educação: É uma história marcada por imposições e rupturas. Essas rupturas começaram com a chegada dos portugueses às terras do “Novo Mundo”. As populações indígenas, ou que viviam por aqui já tinham uma educação baseada nos costumes das tribos, mas, foram submetidas a uma cultura estrangeira totalmente diferente da qual estavam habituados.

Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação [...]. Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também o método pedagógico. (RAUBER, 2008. op. cit. p.52-53)

Em terras do Brasil Colônia, os jesuítas chegaram em (1549) na comitiva de Tomé de Sousa. A ordem jesuíta começou sua catequese erguendo um colégio em Salvador, Bahia, fundando a Província Brasileira da Companhia de Jesus. Cinquenta anos mais tarde já tinham colégios pelo litoral, de Santa Catarina ao Ceará<sup>1</sup>. A pedagogia era através do plano Ratio Studiorum ( ordem nos estudos).

O modelo implantado pelos jesuítas ou “Soldados de Cristo”, designação dada aos religiosos da Companhia de Jesus seria instrumento de dominação da metrópole e nesse ínterim a educação assumiria um papel de agente colonizador Podemos destacar segundo Saviani (2010) que os Jesuítas trabalharam com a colonização, educação e catequese. Configurando-se em um processo de aculturação em que os nativos tiveram a cultura e educação depreciada.

---

<sup>1</sup> Nas cercanias cearense se instalaram em 1607 com a chegada dos jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto, provindos de Pernambuco.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Foram 210 anos de educação jesuítica entre 1549 e 1759. Este modelo educacional só não durou mais tempo por uma decisão estratégica da coroa portuguesa que, no período, tentava se reerguer de uma decadente crise diante de outras potências europeias.

O primeiro ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pela alcunha de Marquês de Pombal, foi o responsável pela segunda grande ruptura no ensino brasileiro. A essas mudanças os historiadores atribuíram o nome de reformas pombalinas.

Numa análise crítica da história é possível justificar e entender as reformas implantadas. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados pelo Estado. O Marquês de Pombal acabou expulsando os missionários da Companhia de Jesus, através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759.

Através do alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Criou também a Diretoria de Estudos que só passou a funcionar após o afastamento de Pombal. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras”. (BELLO, 2001)

A chegada da Família Real ao Brasil, em janeiro de 1808 permitiu, alguns anos mais tarde, uma nova ruptura com a situação imposta pelo Marquês de Pombal. Reformas que não foram feitas por acaso. Basta entender que naquela época a corte havia se instalado no Brasil por uma necessidade de sobrevivência. Em continente europeu, Dom João VI estava na eminência de ver Portugal invadido pelas tropas francesas Napoleônicas e recebeu o apoio inglês para transferir a corte para a colônia brasileira.

Era possível antever essa mudança. Em 1779, o secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro em carta ao vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Sousa, expõe que o futuro de Portugal dependia da ocupação e da defesa do Brasil: “Sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potencia; o Brasil sem forças é um preciosíssimo tesouro abandonado a quem quiser ocupar”, escreveu o secretário.

Só de Portugal entre meio milhão e 800 mil pessoas mudaram-se para o Brasil de 1700 a 1800. (...) a população da colônia, estimada em cerca de 300 000 habitantes na última década do século XVII, saltou para mais de 3 milhões por volta de 1800.(...). Era uma população analfabeta e carente de tudo. Na cidade de São Paulo de 1818, já no governo de d. João VI, apenas 2,5% dos homens livres em idade escolar eram alfabetizados. (GOMES, 2011, pag.113)





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na educação as mudanças aconteceram alguns anos após a transferência do governo para o Rio de Janeiro, quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido. A medida atraiu grande número de intelectuais e estrangeiros, o que alavancou grandes mudanças no ensino.

A instalação da coroa portuguesa no Brasil instituiu importantes marcos na educação, principalmente no ensino técnico. No Rio de Janeiro cito: A Academia de Belas Artes, a Academia da Marinha, A Academia Real Militar, a Escola anatômico-cirúrgica e médica, um curso de agricultura, e a Escola real de Ciências Artes e ofícios. Em Salvador, na Bahia: os cursos de Cirurgia, Economia, Agricultura, Química e Desenho técnico.

Apesar de D. João VI ter implementado grandes mudanças ao ensino brasileiro, Ramos, (2011), tem uma análise crítica em relação ao período. “Todas as medidas e instituições serviram somente a elite e tiveram como objetivo formar uma casta dirigente brasileira.” Destacou o pesquisador.

D. João VI foi obrigado a partir para Portugal, em 1821<sup>2</sup> deixando seu filho, D. Pedro I, como regente. Em 1822 o príncipe proclamaria a Independência do Brasil e em seguida convocou a primeira Constituinte<sup>3</sup> que dentre outras atribuições deveria reorganizar o sistema educacional brasileiro. E não demorou para que os constituintes entrassem em conflito com o imperador. No ano seguinte, D. Pedro acabou por destituir a assembleia e ele mesmo elaborou uma “nova”, promulgada em 1824.

Foram estas leis que serviriam de base à organização do ensino no Brasil, ficando em vigor, com pequenas alterações, até a proclamação da República em 1889.(...) Não obstante ao fato da educação ter se tornado elitista, seguindo a tendência iniciada por D. João VI, reforçada durante o reinado de D. Pedro II, as leis promulgadas por D. Pedro I tiveram como objetivo formar um sistema educacional popular e gratuito. (RAMOS, 2011)

<sup>2</sup> Com a queda do império napoleônico, D. João VI retorna a Portugal em 1821 para reassumir o trono, ameaçado pela Revolução Constitucionalista do Porto.

<sup>3</sup> A elaboração da constituição do Brasil de 1824 foi bastante conturbada. Logo após a proclamação da [independência do Brasil](#) do [reino unido de Portugal, Brasil e Algarves](#), por [Dom Pedro I](#), em [sete de setembro](#) de [1822](#), ocorreu um conflito entre [radicais](#) e [conservadores](#) na [assembleia constituinte](#). A assembleia constituinte iniciou seu trabalho em três de maio de [1823](#), quando o imperador [Dom Pedro I](#) discursou sobre o que esperava dos legisladores. A constituição de 1824 foi a constituição brasileira que teve uma vigência mais longa, tendo sido revogada com a [proclamação da república no Brasil](#), em [15 de novembro](#) de [1889](#)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O que D. Pedro almejava era criar e incentivar a cultura do povo brasileiro, fomentando a ideia de nacionalismo, mas, a pretensão fadou-se ao fracasso devido a falta de recursos; o que levou o imperador a instituir novas leis permitindo o ensino privado que surgiu a partir do fracasso governamental.

Em 11 de agosto de 1827, o imperador promulga uma lei criando dois cursos jurídicos no Brasil. Um em São Paulo, no Convento de São Francisco, e outro em Olinda (Pernambuco), no mosteiro de São Bento. Em 15 de outubro de 1827, determinou, em lei, a criação de escolas elementares em todas as cidades, vilas e lugarejos porém, teve dificuldades em encontrar professores que preenchessem essas novas vagas, devido os baixos salários.

A falta de recursos para construir escolas e fornecer material pedagógico também era outra preocupação. Para tentar contornar esse problema o Império passou a utilizar espaços cedidos por particulares, em geral fazendeiros, para promover a educação. Nesse ínterim adotou-se o método Lancaster<sup>4</sup> de ensino. “Como é obvio, este sistema de ensino não tinha grande qualidade e não conseguiu atrair o interesse de muitos alunos, fracassando”, argumenta Ramos (2011).

Para tentar reverter os prejuízos, D. Pedro promoveu a descentralização do ensino elementar e médio com um ato adicional à Constituição em 1934. Seria uma transferência de responsabilidades. Nesse âmbito, o ensino gratuito passou a ser obrigação das Províncias. Apenas a educação superior era atribuição do governo nacional.

Em 1854, D. Pedro II, reformulou o conteúdo ministrado e a estrutura do ensino básico. O ensino elementar passou a chamar-se ensino primário com duração de quatro anos, sendo dividido em elementar e superior. No elementar eram ministradas aulas de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de Gramática, princípio de aritmética e sistema de pesos e medidas. No superior as disciplinas se desdobravam dando origem a dez disciplinas.

Estando proibidas de criarem cursos de nível superior, prerrogativa exclusiva do governo nacional, as Províncias passaram a tentar estabelecer liceus onde era dada ênfase às disciplinas como química, física, botânica e agricultura.

---

<sup>4</sup>De acordo com o método inglês Lancaster, um único professor ficava responsável por várias escolas fazendo um rodízio entre elas e escolhendo os mais adiantados da turma para monitorar o restante dos alunos na ausência do professor que, durante as visitas esporádicas, verificava o rendimento dos alunos e tirava dúvidas.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O cenário que se percebia no final do período imperial era um ensino dividido entre as escolas públicas, de qualidade duvidosa, e as escolas particulares que detinham os melhores mestres e serviam exclusivamente as classes dominantes.

Em 1882 o governo tentou implantar uma metodologia diferente onde, pela primeira vez, de acordo com alguns pesquisadores, havia a preocupação de utilizar a educação para dar fomento ao desenvolvimento social e econômico. A experiência foi denominada de Projeto Rodolfo Dantas<sup>5</sup>.

Alguns fatos foram marcantes para o ensino brasileiro durante o final do império. O governo passou a discutir a necessidade de implantação de uma universidade no Brasil. Em 1883 foi convocado o Primeiro Congresso Nacional de Educação para discutir novas mudanças no sistema educacional. Dois projetos, um em 1882 e outro em 1883, feitos por uma comissão presidida por Rui Barbosa<sup>6</sup> foram elaborados para dar suporte a mudanças nas leis de ensino.

A monarquia caiu antes mesmo que os projetos fossem postos em prática. Veio a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e com ela ideais republicanos como o citado por Nagle, (1976): “O sonho da República, espargindo as luzes da instrução por todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade”.

Durante o período da primeira república os positivistas<sup>7</sup> deram grande contribuição ao ensino brasileiro. Bejamim Constante, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (entre 1890 e 1891), promoveu uma reforma nos ensinos primário e secundário que pretendia a formação de alunos para os cursos superiores.

Um ponto a ser levado em conta é que, como previa a constituição republicana, os estados passaram a ter mais autonomia em relação ao ensino; mas, esbarravam na falta de recursos financeiros, materiais e operacionais para promoção da educação. Azevedo, (1953), considera que, sob a análise da educação, a república não vingou:

<sup>5</sup> O projeto Rodolfo Dantas recomendava a criação de novas Universidades e cursos para que pudessem formar profissionais que atendessem a demanda por professores nas escolas primárias e secundárias.

<sup>6</sup> Rui Barbosa (1849-1823) elaborou importantes diagnósticos sobre a educação que foram apresentados na Câmara dos Deputados em 1882 e 1883.

<sup>7</sup> A doutrina baseia-se na ciência e na filosofia, tendo como metas o progresso moral, intelectual e material dos seres humanos através da liberdade. **Tinha vários ilustres adeptos aqui no Brasil.** Entre os positivistas famosos por aqui estão Roquette-Pinto, Marechal Rondon, Nísia Floresta Brasileira Augusta e Euclides da Cunha.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

(...) foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. (Azevedo, 1953, p. 134)

Outras mudanças, de menor relevância foram feitas nos estados da República. Só pra exemplificar e contextualizar, no Ceará, em 1921, o educador Lourenço Filho iniciou um movimento de renovação educacional com reformas no ensino elementar e a implantação de um instituto de educação. Entre outras coisas Lourenço Filho pregava a profissionalização dos docentes e um relacionamento mais democrático entres os alunos e professores.

A segunda república, marcada pela Revolução de 30<sup>8</sup>. O período trouxe melhores perspectivas no campo educacional e foi favorecida por um momento de crescimento brasileiro que exigia mão de obra qualificada e por tanto, mais investimento no ensino nacional. Consolidando-se em dois viés ideológico , o secundário e profissionalizante organizou o ensino secundário, o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador.

No mesmo ano da revolução foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. No ano seguinte, o governo provisório sanciona decretos promovendo vários setores da educação. Entre as ações destaque: a criação dos Conselhos, Nacional e Estadual, de Educação; a instituição do Estatuto das Universidades e a organização do ensino secundário.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, também levou luzes ao setor educativo. No Capítulo II, Da Educação e da Cultura, dispõe nos artigos 148 e 149:

Art.148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (...) Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.(Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.)

---

<sup>8</sup> A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As garantias expressas no texto constitucional logo estariam sendo postas em risco. Mais um período de rupturas no ensino se dá com a instauração do Estado Novo, quando Getúlio Vargas, em um golpe de estado, proclama uma nova Constituição, em 10 de novembro de 1937.

Durante o Estado Novo alguns fatos são relevantes para educação no Brasil: Em 1937 o governo criou o Instituto Nacional de Pedagogia, mais tarde, renomeado como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); também permitiu, no mesmo ano, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1942, a criação das Leis Orgânicas do Ensino, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, também marcou o período. Foi Capanema que regulamentou o ensino industrial e o ensino secundário.

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. (PILETTI, 1996: 90).

O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. No que se refere à educação uma observação indispensável é de que a Carta restabelecia o preceito: “a educação é um direito de todos”. Também é imprescindível pontuar que neste período o então ministro Clemente Mariano criou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral na educação nacional – A Lei de Diretrizes e Bases (LDB)<sup>9</sup>.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder (1950-1954), era necessária uma maior qualificação dos trabalhadores para o setor industrial em vasto crescimento. O governo decidiu pela equivalência dos cursos técnicos ao nível secundário. A expansão do ensino médio representaria o aumento da demanda para o ensino superior.

A ainda em relação à expansão do ensino superior, este ocorreu de três maneiras:

(a) A criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só existiam instituições privadas; b) A gratuidade de fato dos cursos das instituições federais de ensino superior, mesmo a legislação prevendo a cobrança de taxas; c) A “federalização” das faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, posteriormente, em universidades custeadas e controladas pelo MEC. (CUNHA, 2000, p.171)

<sup>9</sup>O projeto acabou sendo “engavetado” e o processo de aprovação da LDB foi longo e conflituoso, só sendo aprovado em 20 de Dezembro de 1961.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A ditadura militar representou para educação grandes perdas e também grandes conquistas. O setor passou por duas grandes reformas, em 1968 e 1971 e ambas geraram também modificações na Lei de Diretrizes e Bases. As reformas visavam atrelar a educação brasileira ao modelo de educação norte-americano e foram precedidas por um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for international Development (Usaid).

As mudanças no ensino superior brasileiro foram muitas e rápidas nos anos 60, até a localização geográfica das instituições foram alteradas, as faculdades públicas situadas nos pontos centrais das cidades foram transferidas para os campi no subúrbio, pois consideravam adequado para atenuar e apaziguar a militância política dos estudantes. Enquanto que as faculdades particulares faziam exatamente o inverso.(Cunha, 2000, p. 182).

Numa visão crítica é possível perceber que as mudanças educacionais implantadas entre as décadas de 60 e 70 tiveram notoriamente o objetivo controle social e, ao mesmo tempo de beneficiamento de instituições que na maioria das vezes preocupavam-se exclusivamente em “tirar proveito” da situação política da época.

O sistema educacional brasileiro veio a adquirir mudanças substanciais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação, Paulo Renato, em 20 de dezembro de 1996. O antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro foi o relator da lei 9394/96 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

Numa opinião pessoal e embasa em algumas leituras críticas a respeito do assunto, analisamos que muito embora a LDB de 1996 tenha estabelecido mudanças estruturais na educação superior; passados 15 anos da sua implantação, vimos que, os frutos colhidos desta “árvore” são muitos; mas, ainda, sem a “doçura” esperada.

A política neoliberal<sup>10</sup> do governo Fernando Henrique Cardoso deu início a expansão das universidades particulares e por outro lado provocou o sucateamento das universidades públicas

---

<sup>10</sup> Na primeira metade do século XX o neoliberalismo significou a doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista; a partir da década de 1970, passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pela falta de verbas e de investimentos. O governo Lula permitiu a continuidade desse processo e o que se vê hoje são inúmeras universidades formando profissionais com pouco conhecimento.

No âmbito dessa discussão, percebemos que nos últimos 15 anos a educação superior deu um salto quantitativo, mas regrediu qualitativamente. As maiores perdas foram no âmbito do ensino público superior. Muitas universidades estão sucateadas; com carências de espaço físico, equipamentos e até de professores. Esta situação também tem sido motivo de protestos entre os discentes e docentes das instituições que vêm promovendo constantes greves no setor.

Numa reportagem publicada em janeiro do ano passado, no site do Mec, a jornalista Letícia Tancredi destacou as seguintes informações baseadas em um censo feito em 2009:

Em sete anos, o Brasil dobrou o número de concluintes na educação superior. Esse número que foi de 467 mil em 2002, passou pra 959 mil em 2009, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2009 (...). O número de matrículas na educação superior brasileira aumentou de 3,5 milhões para 5,9 milhões nesses sete anos. (Tancredi, Mec, 2010)

É notória a preocupação do Estado em atender a demanda imposta pelo mercado que exige mão de obra qualificada. Neste sentido persiste na estrutura educacional brasileira a criação de cursos de nível superior para atender os setores produtivos. Este modelo ajuda a minimizar as desigualdades sociais, mas, deixa a desejar em relação a qualidade da produção cultural.

A partir dessas abordagens destacamos a necessidade de subsídios para o desenvolvimento educacional da sociedade contemporânea sendo as novas tecnologias uma realidade da qual não podemos fugir. Entre luzes e sombras caminhamos para o futuro com as tecnologias entrando cada vez mais nas diferentes tarefas do cotidiano. Na educação não é diferente. Embora o Brasil tenha ingressado mais tarde nesses avanços com uma população mais jovem e mais moderna do que alguns países taxados como de “Primeiro Mundo”, temos uma abertura para o novo, um grande potencial. Para isso é necessária a articulação da nossa cultura muito rica e vital com as novas tecnologias.

O sociólogo Laymertez faz ainda uma crítica destina ao poder público a respeito da evolução tecnológica. Ele acredita que é preciso diminuir as diferenças sociais para garantir o direito à informação.

(...) é um problema seriíssimo realmente, porque o upgrade tecnológico das novas gerações, além de ser um problema gerencial, é também um problema social para





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aqueles que não estão dentro do trem bala. Quem está dentro dele é que está acompanhando ou podendo acompanhar a evolução tecnológica. A nossa sociedade, como é muito desigual, tem muitas pessoas que não podem acompanhar. E como existe uma aceleração crescente os que estão fora do trem ficarão cada vez mais fora mesmo. Um dos problemas da Terceira Revolução Industrial é que ela é, pela primeira vez excludente: não tem lugar para todos. (Revista Mundo Jovem, Edição de Novembro de 2008, Edição 392, pag. 12)

### A Tecnologia a Serviço do Docente

É necessário ao professor romper com o paradigma tradicional herdados historicamente e utilizar os recursos digitais oportunizando aprendizagens significativas. É preciso romper limites, aprender com os próprios erros, assumir riscos, inovar, gerenciar a própria aprendizagem, tornar-se confiante admitindo que a ética é possível, ousar com responsabilidade, estudar para aprender e ensinar, abrir-se ao conhecimento novo, ser capaz de enxergar que a mudança é possível e ultrapassa o limiar de simples metas procedimentais exigidas pelos órgãos instituídos.

Existem hoje, algumas iniciativas de instituições que disponibilizam seus repositórios de recursos digitais de aprendizagem, gratuitamente, permitindo ao professor reutilizá-los em diferentes contextos, inclusive possibilitando a personalização, quando necessário.

Entretanto, por serem poucas iniciativas e pelo fato de faltar investimento na formação dos professores para o uso das tecnologias de informação e comunicação, nem mesmo estes poucos recursos são utilizados pela quantidade de pessoas que poderia beneficiar.

A teoria na educação é muito avançada, mas a prática está muito distante. No entanto, quando sensibilizado a trabalhar com a informática, o educador percebe-se um agente transformador da ação pedagógica e esta descoberta reflete-se rapidamente na elaboração de seu material didático e no planejamento de suas aulas.

### Conclusão

Podemos ensinar e aprender com as novas tecnologias e fontes de informação. É importante sermos professores-educadores amadurecidos e inseridos no novo contexto social. Pessoas abertas, sensíveis, humanas, que valorizem mais a busca que o resultado pronto, o





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estímulo que a repreensão, o apoio que a crítica, capazes de estabelecer formas democráticas de pesquisa e de comunicação não apenas o repasse de informações.

Necessitamos de muitas pessoas livres nas empresas e escolas que modifiquem as estruturas arcaicas, autoritárias do ensino escolar e gerencial -. Só pessoas livres, autônomas - ou em processo de libertação - podem educar para a liberdade, podem educar para a autonomia, podem transformar a sociedade. Só pessoas livres merecem o diploma de educador.

Faremos com as tecnologias mais avançadas o mesmo que fazemos conosco, com os outros, com a vida. Se somos pessoas abertas, às utilizaremos para comunicar-nos mais, para interagir melhor. Se somos pessoas fechadas, desconfiadas; utilizaremos as tecnologias de forma defensiva, superficial. Se somos pessoas autoritárias, utilizaremos as tecnologias para controlar, para aumentar o nosso poder. O poder de interação não está fundamentalmente nas tecnologias, mas, nas nossas mentes.

Ensinar com as novas mídias será fazer história, se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial.

A Internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar-nos a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender.

### Referências

ALVES Rubens, **Entre a Ciência e a Sapiência** - O dilema da educação: Rubens Alves, Loyola, São Paulo, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação**. 2 ed. ver. e atual.. São Paulo:Moderna, 1996.

AZEVEDO, F. **A educação pública em São Paulo**: problemas e discussões. Inquérito para o Estado de S.Paulo. São Paulo: Nacional, 1953.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil**: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

BOGO, Kellen Cristina. **A História da Internet – Como Tudo Começou**. Matéria publicada em 01/07/2000 – Edição número 11

CÂMARA, Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica'**. Editora Vozes, Petrópolis: 1957.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: Lopes, E.M.T. et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOMES, Laurentino. **1808** – Como uma rainha loca um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil, São Paulo, Editora Planeta, 2011.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo, EDUSP, 1972.
- MCLUHAN Marshall, **Os meios de comunicação como extensões do homem**, Cultrix, São Paulo, 1964
- NAGLE, Jorge **Educação e Sociedade na Primeira República**, EPU-MEC, 1976.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira : 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.
- PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996
- RAMOS, FÁBIO PESTANA - **Para entender a história...** ISSN 2179-4111. Ano 2, Volume fev., Série 07/10, 2011, p.01-14.
- RAUBER, P. **A universidade no Brasil: origem e trajetória**. In: Metodologia do Ensino Superior. Dourados: Unigran, 2008
- REIS Marcia, **A alavanca de Arquimedes ciência e tecnologia na virada do século**, paralelo 15, Brasília, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associado, 2010.
- WEREBE, M.J. **A educação, História geral da civilização brasileira**. – Org. de Sergio Buarque de Holanda. Editora Difel, 1974.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934)

